

LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA E AVALIAÇÃO DE ATIVOS

Empresa: LAC TÊXTIL EPP (Em Recuperação Judicial)

CNPJ: 17.359.986/0001-93

Processo de Recuperação Judicial nº: 5017051-50.2025.8.24.0023

Data de Elaboração: 28/08/2025

I. IDENTIFICAÇÃO, OBJETO E VINCULAÇÃO AO PLANO.

Este laudo pericial contábil é emitido para instruir o Processo nº 5017051-50.2025.8.24.0023 e está, desde a sua concepção, casado com o Plano de Recuperação Judicial da LAC Têxtil EPP. O objeto é demonstrar, com base em evidências operacionais, contábeis e gerenciais extraídas do ERP da Companhia e em métodos de avaliação aceitos, que a continuidade disciplinada pela Recuperação Judicial entrega resultado econômico superior à alternativa de liquidação. O documento avalia os ativos da empresa sob duas referências, continuidade com realização ordenada e liquidação forçada, e apura o valor econômico da firma pelo método do fluxo de caixa descontado, em diálogo com os parâmetros, classes e cronograma do PRJ. Qualquer ajuste aprovado em assembleia será refletido por aditamento, para que laudo e Plano permaneçam coerentes.

II. DATA-BASE, ESCOPO, MÉTODO E RESPONSABILIDADES.

A data-base desta avaliação é 28/08/2025. O escopo compreende três eixos indissociáveis. O primeiro é patrimonial, com fotografia a valor contábil e mensuração por cenários de realização, distinguindo continuidade e liquidação. O segundo é econômico-operacional, com diagnóstico de ponto de equilíbrio, leitura de geração de caixa recorrente e análise de capital de giro. O terceiro é a avaliação por fluxo de caixa descontado em horizonte de 10 anos, com valor terminal, construída a partir de séries internas e das premissas do PRJ. O trabalho foi elaborado por contador perito com base em relatórios do ERP, peças contábeis e gerenciais, cruzamento de informações e premissas prudenciais quando a granularidade ainda não estava integralmente disponível. Não houve auditoria independente nem inspeção pericial física de 100% dos bens; a responsabilidade técnica recai sobre o método, a coerência e a prudência das premissas. Projeções são estimativas sujeitas a incerteza e revisão mediante novas evidências. O laudo serve como subsídio técnico ao PRJ e não substitui decisão judicial.

III. BASES INFORMACIONAIS E ADERÊNCIA AO PRJ.

A LAC Têxtil utiliza ERP, o que permite extrair relatórios confiáveis de faturamento, contas a receber, estoques e imobilizado. Para a fotografia recente, a gestão indicou receita média de R\$ 190.000 por mês e despesas fixas médias de R\$ 150.000 por mês nos últimos 6 meses. Para efeitos de avaliação, adota-se EBITDA médio anualizado de R\$ 480.000, sujeito a confirmação pelas séries do ERP. A posição de ativos informada para a data-base registra contas a receber de R\$ 1.628.777,21, estoques de R\$ 685.995,91, máquinas e equipamentos de R\$ 776.679,91, construção em andamento de R\$

263.024,17, veículos de R\$ 64.000,00, sistema de segurança de R\$ 36.390,00 e computadores e periféricos de R\$ 18.059,96, totalizando R\$ 3.472.927,16. O denominador para as análises de recuperação e suficiência de caixa é o passivo concursal consolidado no PRJ por classes, a saber Classe I R\$ 70.420,66, Classe II R\$ 52.041,60, Classe III R\$ 6.899.134,16, Classe IV R\$ 172.882,88, total R\$ 7.194.479,30. As condições de atualização, deságios, carências e cronogramas utilizadas nos testes econômicos reproduzem o Capítulo IV do Plano, para assegurar aderência integral.

Para que não haja aparente conflito entre a Tabela 1 e as evidências extraídas do ERP, registra-se expressamente que a Tabela 1 adota saldos contábeis na data-base, enquanto a Seção V reproduz uma extração operacional do ERP realizada em 28/08/2025 às 10:38:32, que já contempla baixas e movimentações ocorridas próximo ao corte. Adota-se, como regra, que os cenários de realização de ativos partem dos saldos contábeis por refletirem o patrimônio na data-base e a política de provisões então vigente, enquanto as análises de capital de giro e de qualidade de crédito utilizam as séries do ERP. As diferenças entre os dois conjuntos de números são conciliadas nas tabelas seguintes e, quando relevantes, ensejam aditamento para atualização dos cenários.

Tabela R1 – Reconciliação de Contas a Receber na data-base

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
SALDO CONTÁBIL APRESENTADO NA TABELA 1	1.628.777,21
BAIXAS E COMPENSAÇÕES ATÉ A EXTRAÇÃO DO ERP	a apurar
TÍTULOS CEDIDOS EM OPERAÇÕES DE DESCONTO COM COBRIGAÇÃO	a apurar
PROVISÕES E RECLASSIFICAÇÕES ENTRE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES	a apurar
POSIÇÃO ERP: SALDO A RECEBER NA EXTRAÇÃO DE 28/08/2025	271.002,75
DIFERENÇA A EXPLICAR	1.357.774,46

Tabela R2 – Reconciliação de Estoques na data-base

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
SALDO CONTÁBIL APRESENTADO NA TABELA 1	685.995,91
ITENS EM PODER DE TERCEIROS APURADOS NO ERP	558.060,83
AJUSTES DE CUT OFF E CRITÉRIOS DE CUSTO	a apurar
POSIÇÃO ERP TOTAL: MATRIZ E TERCEIROS	1.416.987,65
DIFERENÇA NOMINAL	730.991,74

Nota explicativa. As Tabelas 2 e 3 mantêm, por ora, a referência aos saldos contábeis para preservação de comparabilidade. Adoção de saldos reconciliados será formalizada por aditamento, com reprocessamento dos percentuais de realização e atualização dos valores líquidos. Esta transparência evita leituras equivocadas e alinha a narrativa econômica do laudo com as evidências operacionais do ERP.

IV. PERFIL OPERACIONAL E ESTRUTURA.

A LAC mantém operação fabril ativa com mais de 40 empregados na produção e dois no administrativo. O modelo de negócios combina industrialização por encomenda para clientes industriais e varejistas e confecção sob marca própria, Seaport Brasil, comercializada em lojas físicas. A presença de ERP permite granularidade adequada no controle de pedidos, estoques e contas a receber, bem como extração de relatórios para gestão de margens e crédito. O comportamento recente, com receita média de R\$ 190.000 e fixos na ordem de R\$ 150.000 por mês, indica crise de liquidez e capital de giro, não inviabilidade operacional intrínseca.

Essa leitura é consistente com a história do setor têxtil regional em situações de reestruturação, nas quais o redesenho do passivo e o aperfeiçoamento de processos internos devolvem previsibilidade ao ciclo financeiro, especialmente quando se estabiliza a carteira de clientes e se disciplinam políticas de preço, prazos e cobrança.

V. EVIDÊNCIAS DO ERP: VENDAS 2024–2025 E QUALIDADE DOS RECEBÍVEIS.

Os relatórios extraídos do ERP da Companhia, em especial o Relatório de Nota Fiscal de Saída do período de 01/01/2024 a 27/08/2025 e o Relatório Geral de Contas a Receber extraído em 28/08/2025 às 10:38:32, fornecem base objetiva para a aferição de capacidade de geração de caixa e para o exame da qualidade da carteira de clientes.

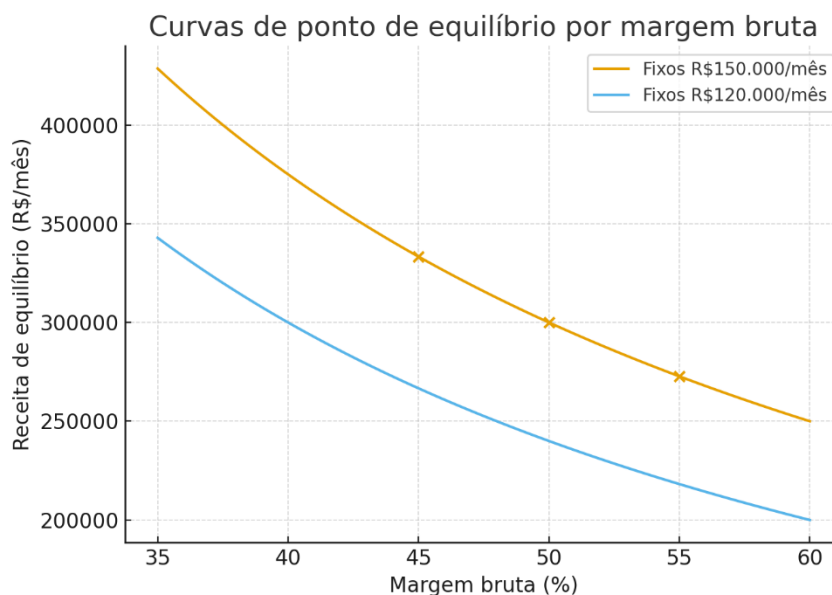
O retrato dos recebíveis mostra Total de Documentos de R\$ 432.465,35, Recebido de R\$ 161.462,60 e A Receber de R\$ 271.002,75 na extração citada. Observa-se recorrência de faturamento junto a clientes industriais e lojistas com histórico, com destaque para Austral BGB, Canroo e Território Sagrado, entre outros. Em setembro de 2025, os vencimentos concentram-se na primeira quinzena com títulos pulverizados, os quais incluem valores de R\$ 510,00, R\$ 5.788,50, R\$ 11.484,00 e R\$ 18.620,00, todos marcados como em aberto na data de extração. Essa composição de carteira e o comportamento de baixas já efetivadas na mesma competência sustentam percentuais prudentes de realização para contas a receber nos cenários patrimoniais do laudo e alimentam diretamente os parâmetros de capital de giro do FCD.

VI. PONTO DE EQUILÍBRIO, CONTRIBUIÇÃO E ALVO OPERACIONAL.

Considerando despesas fixas de R\$ 150.000 por mês, a receita de equilíbrio é R\$ 333.333 por mês quando a margem bruta é 45%, R\$ 300.000 por mês quando é 50% e R\$ 272.727 por mês quando é 55%. Se os fixos forem comprimidos para R\$ 120.000 por mês, os respectivos pontos tornam-se R\$ 266.667, R\$ 240.000 e R\$ 218.182 por mês.

Em face de receita média atual próxima de R\$ 190.000 por mês, é imprescindível aplicar, com prioridade, um programa de compressão de custos fixos e recomposição de

volume e preço que traga a operação para a faixa de R\$ 240.000 a R\$ 270.000 por mês, na qual o resultado operacional retorna ao terreno positivo. Para efeito de demonstração gráfica, as curvas de ponto de equilíbrio são apresentadas na Figura 1, posicionada ao final desta seção. Essa figura traduz a sensibilidade da receita necessária às variações de margem e serve como guia de metas táticas de curto prazo.



VII. AVALIAÇÃO PATRIMONIAL: VALOR CONTÁBIL E REALIZAÇÃO POR CENÁRIOS.

Na referência contábil de 28/08/2025, os ativos elegíveis somam R\$ 3.472.927,16, distribuídos entre contas a receber, máquinas e equipamentos, estoques, construção em andamento, veículos, sistema de segurança e computadores e periféricos. Em cenário de liquidação forçada, situação em que a venda ocorre de forma acelerada e sob estresse, utilizam-se percentuais prudenciais de realização por classe e se deduzem custos de realização de 10%.

Em cenário de continuidade com realização ordenada, supõe-se tempo de mercado adequado e ausência de queima forçada, elevando-se, por consequência, os percentuais de realização. A Tabela 1 apresenta o valor contábil de cada classe de ativo, a Tabela 2 consolida o cenário prudente de liquidação, com valor líquido estimado de R\$ 1.657.374,62, e a Tabela 3 apresenta o cenário prudente de continuidade com realização ordenada, cujo valor líquido estimado é R\$ 2.500.448,98. Ao final da seção, a Figura 2 compara, com barras, os valores líquidos por cenário, e a Figura 3 apresenta uma evolução visual tipo waterfall que evidencia, no cenário de liquidação prudente, a perda causada pelos custos de realização.

Tabela 1 – Valor contábil na data-base

CLASSE DE ATIVO	VALOR CONTÁBIL (R\$)
CONTAS A RECEBER	1.628.777,21

MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	776.679,91
ESTOQUES	685.995,91
CONSTRUÇÃO EM ANDAMENTO	263.024,17
VEÍCULOS	64.000,00
SISTEMA DE SEGURANÇA	36.390,00
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	18.059,96
TOTAL	3.472.927,16

Tabela 2 – Liquidação forçada (cenário prudente, custos de realização 10%)

CLASSE	BASE (R\$)	PERCENTUAL	VALOR (R\$)
CONTAS A RECEBER	1.628.777,21	65%	1.058.705,19
ESTOQUES	685.995,91	50%	342.997,96
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	776.679,91	40%	310.671,96
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	18.059,96	10%	1.805,99
VEÍCULOS	64.000,00	70%	44.800,00
SISTEMA DE SEGURANÇA	36.390,00	10%	3.639,00
CONSTRUÇÃO EM ANDAMENTO	263.024,17	30%	78.907,25
SUBTOTAL BRUTO	—	—	1.841.527,35
CUSTOS DE REALIZAÇÃO (10%)	—	—	184.152,74
TOTAL LÍQUIDO ESTIMADO	—	—	1.657.374,62

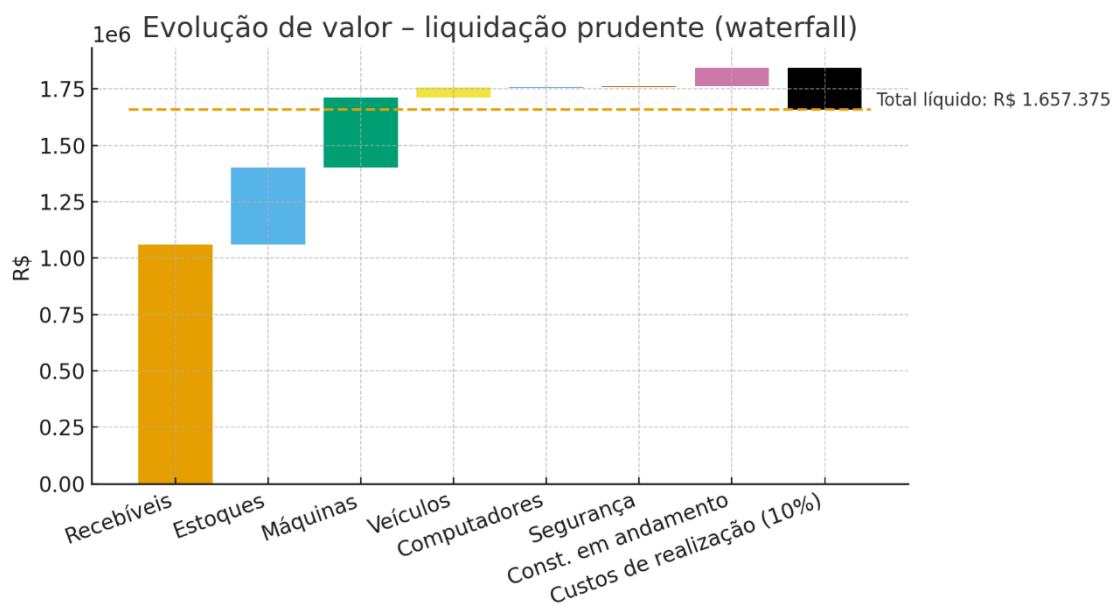
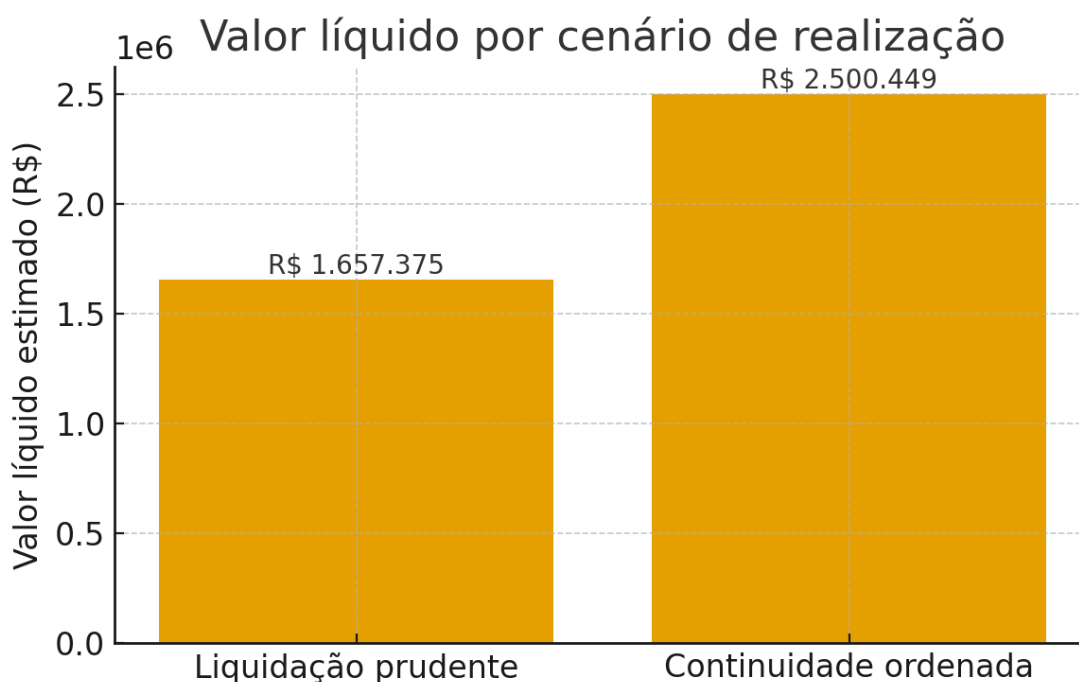


Tabela 3 – Continuidade com realização ordenada (cenário prudente, custos 10%)

CLASSE	BASE (R\$)	PERCENTUAL	VALOR (R\$)
CONTAS A RECEBER	1.628.777,21	90%	1.465.899,49
ESTOQUES	685.995,91	80%	548.796,73
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	776.679,91	70%	543.675,94
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	18.059,96	20%	3.611,99
VEÍCULOS	64.000,00	80%	51.200,00
SISTEMA DE SEGURANÇA	36.390,00	20%	7.278,00
CONSTRUÇÃO EM ANDAMENTO	263.024,17	60%	157.814,50
SUBTOTAL BRUTO	—	—	2.778.276,65
CUSTOS DE REALIZAÇÃO (10%)	—	—	277.827,67
TOTAL LÍQUIDO ESTIMADO	—	—	2.500.448,98



VII-A. ESTOQUES: POSIÇÃO ERP E RECONCILIAÇÃO.

Os relatórios de estoque extraídos do ERP, com recorte de 01/08/2025 a 28/08/2025, permitem detalhar a posição por localização (matriz e em poder de terceiros) e a composição por natureza. A fotografia operacional indica valores superiores ao montante contábil anteriormente considerado na Tabela 1, o que sugere diferenças de cut-off, critérios de mensuração (custo médio x padrão) e inclusão de itens em poder de terceiros. Recomenda-se a reconciliação contábil antes da versão final do laudo.

Tabela 1A – Estoques por localização (ERP)

LOCALIZAÇÃO	VALOR (R\$)
MATRIZ (EM PODER DA RECUPERANDA)	R\$ 858.926,82
EM PODER DE TERCEIROS (INDUSTRIAL)	R\$ 558.060,83
TOTAL	R\$ 1.416.987,65

Tabela 1B – Composição por natureza (matriz)

NATUREZA	PARTICIPAÇÃO ESTIMADA
MATÉRIA-PRIMA	45,8%
PRODUTOS ACABADOS	30,8%
AVIAMENTOS	11,3%

EMBALAGENS	0,4%
OUTROS	11,7%

Tabela 1C – Composição por natureza (em poder de terceiros)

NATUREZA	PARTICIPAÇÃO ESTIMADA
MATÉRIA-PRIMA	91,0%
AVIAMENTOS	4,6%
EMBALAGENS	0,0%
OUTROS	12,5%
PRODUTOS ACABADOS¹	(ajuste líquido) –8,2%

¹ O sinal negativo decorre de ajustes de estoque (devoluções/reclassificações) capturados no período, reduzindo o saldo líquido de produtos acabados em poder de terceiros. Para decisão econômica, considera-se que a predominância do estoque nessa localização é de matéria-prima, coerente com operações de beneficiamento e facção.

Nota técnica. O valor contábil de estoques utilizado na Tabela 1 (R\$ 685.995,91) será mantido para comparabilidade das Tabelas 2 e 3. A eventual atualização para os saldos do ERP (Tabela 1A) deve ser feita por aditamento, juntamente com a reconciliação contábil (cut-off, critérios de custo e abrangência), preservando a aderência entre laudo e PRJ.

Os percentuais de realização adotados nas Tabelas 2 e 3 derivam de prática observada em processos de venda sob estresse e de características próprias do segmento têxtil. Em contas a receber, admite-se 65 por cento em liquidação por refletir a existência de clientes recorrentes e a necessidade de custos e prazos de cobrança, e 90 por cento em continuidade por contar com cobrança ativa e manutenção de relacionamento comercial. Em estoques, utiliza-se 50 por cento em liquidação por obsolescência de moda, custo de desmontagem de lotes e desconto para giro rápido, e 80 por cento em continuidade por permitir tempo de mercado e venda orientada a preço. Em máquinas e equipamentos, 40 por cento em liquidação por especificidade técnica e deságio de leilão, e 70 por cento em continuidade por venda ordenada com teste e documentação. Em veículos, 70 por cento em liquidação e 80 por cento em continuidade, em linha com o comportamento de mercado para segunda mão. Em equipamentos de informática e sistema de segurança, percentuais entre 10 e 20 por cento são prudentes em razão de obsolescência acelerada. Em construção em andamento, 30 por cento em liquidação por dificuldade de realização de obra inacabada e 60 por cento em continuidade quando há memorial descritivo e orçamento remanescente. Com a juntada de laudos específicos e cotações, os percentuais poderão ser recalibrados por aditamento.

VIII. PASSIVO CONCURSAL POR CLASSES E COERÊNCIA COM O PRJ.

Para manter perfeita aderência entre documentos, este laudo adota os valores e a segmentação do PRJ LAC. As análises de recuperação percentual por cenário, os testes

de suficiência de caixa e a comparação com a liquidação utilizam como denominador o total concursal de R\$ 7.194.479,30, distribuído em Classe I R\$ 70.420,66, Classe II R\$ 52.041,60, Classe III R\$ 6.899.134,16 e Classe IV R\$ 172.882,88. As condições de atualização, deságios, carências e cronogramas empregadas nos testes são as do Capítulo IV do Plano. A compatibilização entre cenários patrimoniais, FCD e PRJ garante que a mensagem econômica ao credor seja consistente: a continuidade, no desenho proposto pelo Plano, maximiza o valor presente.

IX. AVALIAÇÃO ECONÔMICA POR FCD:

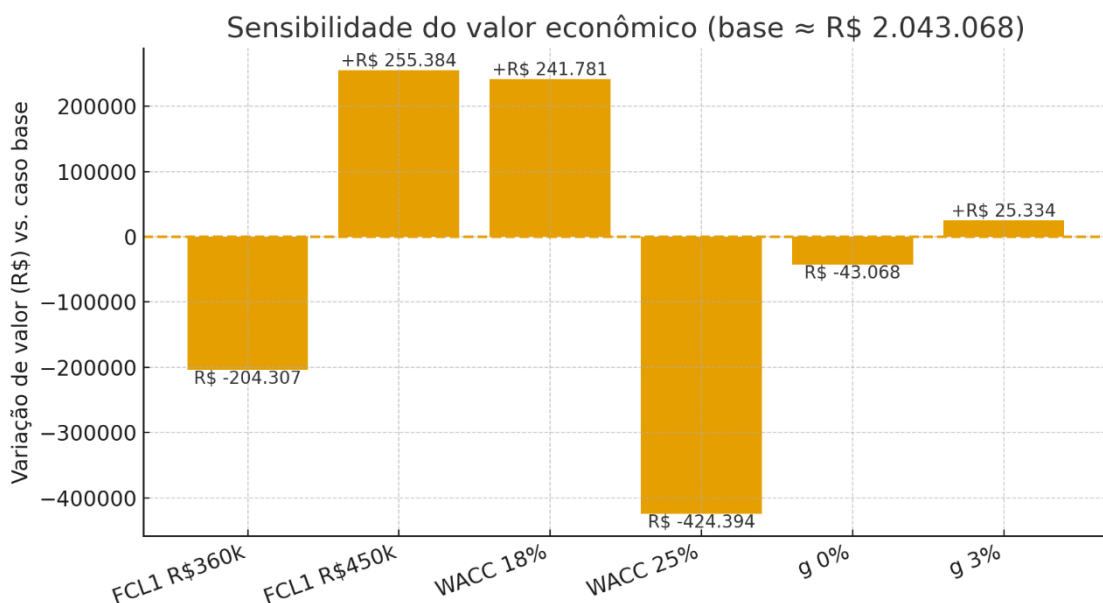
O valor econômico da firma em marcha é estimado pelo método do fluxo de caixa descontado. Como caso base, adota-se FCL1 de R\$ 400.000 por ano, WACC de 20% ao ano, crescimento em perpetuidade de 2% ao ano e horizonte explícito de 10 anos.

Para refletir o risco e a incerteza naturais de uma empresa de pequeno porte em reestruturação, examinam-se bandas de FCL1 entre R\$ 360.000 e R\$ 450.000 por ano, WACC entre 18% e 25% ao ano e crescimento de longo prazo entre 0% e 3% ao ano.

A matriz de sensibilidade, apresentada como Quadro S2, mostra como o valor econômico aumenta com fluxos maiores e WACC menor e diminui com WACC mais alto e crescimento mais baixo.

A Figura 4 evidencia, em barras, as variações em torno do caso base, destacando as dimensões de risco realmente materiais. Como regra de consistência com o PRJ, o Ano 1 do FCD é calibrado com a projeção operacional consolidada do período março a maio de 2025, no valor de R\$ 516.692, e com a série de vendas e margens extraídas do ERP, enquanto o capital de giro é parametrizado pela carteira de recebíveis e prazos observados.

A consolidação definitiva do ponto único do EV ocorrerá quando todas as séries do ERP (vendas por canal, custo das mercadorias vendidas, despesas variáveis, investimentos e prazos médios) forem integradas às premissas finais do Plano.



IX-A. PONTE DO EBITDA AO FLUXO DE CAIXA LIVRE NO ANO 1.

O EBITDA médio anualizado informado é de 480.000. A construção do Fluxo de Caixa Livre no Ano 1 decorre da aplicação de deduções operacionais necessárias e de variações de capital de giro. Consideradas as especificidades de uma empresa de pequeno porte em reestruturação e a disciplina do PRJ, admite-se imposto caixa reduzido em razão de aproveitamento de prejuízos fiscais e prioridades de caixa, capex de manutenção em faixa prudencial e variação de capital de giro parametrizada pelos prazos médios observados no ERP. A tabela a seguir apresenta a ponte indicativa que sustenta a adoção de FCL inicial próximo de 400.000.

Quadro R4 – Ponte EBITDA → FCL (Ano 1, indicativa)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
EBITDA ANUALIZADO	480.000
IMPOSTO CAIXA (ESTIMADO)	0 a (24.000)
CAPEX DE MANUTENÇÃO (≈ 2% RECEITA)	(45.600)
VARIAÇÃO DE CAPITAL DE GIRO	(30.000)
FLUXO DE CAIXA LIVRE – ANO 1	380.400 a 404.400

Nota explicativa. A receita observada de aproximadamente R\$ 190.000 por mês indica faturamento anual de R\$ 2.280.000; 2% desse montante corresponde a R\$ 45.600, cifra adotada como CAPEX de manutenção. A variação de capital de giro é indicativa, compatível com um PMR em torno de 45 dias, a ser recalibrada quando a série completa de aging, PMF e PMP estiver conciliada. Para valores acima de R\$ 404.400 no Ano 1, seria necessário explicitar variação **positiva** de capital de giro e/ou crédito tributário líquido que compense as deduções aqui assumidas.

IX-B. FUNDAMENTAÇÃO SUMÁRIA DA TAXA DE DESCONTO.

A taxa de desconto de 20 por cento ao ano utilizada como caso base resulta de combinação plausível entre custo de capital de terceiros e custo do capital próprio para empresa de pequeno porte em recuperação judicial. Em termos prudenciais, admite-se custo de dívida efetivo entre 18 e 24 por cento ao ano, observado o spread para o risco dessa classe de tomador, e custo de capital próprio entre 25 e 35 por cento ao ano, refletindo prêmio de risco setorial, porte e alavancagem. Com estrutura alvo de 30 por cento de dívida e 70 por cento de capital próprio, obtém-se um custo médio ponderado de capital ao redor de 20 por cento ao ano. A formalização matemática da taxa, com parâmetros definitivos de estrutura e custos, será anexada após a conclusão das negociações com instituições financeiras e fornecedores estratégicos.

X. COMPARAÇÃO ECONOMICAMENTE CORRETA PARA CREDORES:

Para fins de decisão, a comparação que importa ao credor não é o valor econômico abstrato da firma, mas o valor presente dos pagamentos prometidos no Plano, por classe, em oposição ao valor presente de liquidação forçada dos ativos, líquidos de custos. Os cenários patrimoniais apresentados neste laudo oferecem um piso conservador para a liquidação; o PRJ, por sua vez, organiza a série de pagamentos. Ao trazer essas séries a

valor presente por uma taxa que reflete o risco residual do Plano e comparar com as cifras de liquidação, verifica-se superioridade econômica da continuidade.

Essa conclusão mantém-se robusta mesmo sob hipóteses conservadoras, porque a operação, uma vez acima do ponto de equilíbrio, gera caixa recorrente que inexiste no cenário falimentar. A Figura 2, que compara os valores líquidos por cenário, auxilia o leitor a perceber o ganho produzido pela realização ordenada, enquanto a Figura 4, de sensibilidade do FCD, mostra que a banda de valor econômico permanece acima da liquidação sob uma gama razoável de parâmetros.

XI. CAPITAL DE GIRO, POLÍTICA DE CRÉDITO E ADERÊNCIA OPERACIONAL.

A leitura da carteira de recebíveis, com total de documentos de R\$ 432.465,35, montante recebido de R\$ 161.462,60 e saldo a receber de R\$ 271.002,75, combinada com a recorrência de clientes relevantes, sinaliza que há espaço para melhorar a política de crédito e cobrança sem prejudicar o relacionamento comercial. A padronização de limites por cliente, a adoção de critérios objetivos para concessão de prazos e a revisão de descontos por antecipação tendem a reduzir a variabilidade do caixa.

O ERP deve ser usado para disparar relatórios automáticos de aging, com especial atenção para títulos acima de 90 dias, e para monitorar indicadores como prazo médio de recebimento, índice de inadimplência e concentração por cliente. O PRJ deve refletir essa disciplina em seu capítulo de governança financeira, incorporando metas de PMR, limites de exposição e gatilhos de revisão de crédito.

XII. GOVERNANÇA, CONTROLES E USO DO ERP NO PÓS-CONCESSÃO.

A efetividade do Plano depende de rotinas simples e rigorosas. O ERP deve ser a única fonte de verdade para emissão, faturamento, registro de recebíveis e controle de estoque. A conciliação bancária diária e o fechamento contábil mensal precisam estar institucionalizados, com registro de provisões e reclassificações conforme as normas. A área administrativa, embora enxuta, deve seguir checklists que cubram aprovação de pedidos, cotação de insumos, aceite de produção, expedição, faturamento, cobrança e baixa.

A qualidade dos relatórios gerenciais melhora quando há padronização de cadastros, revisão de condições comerciais e classificação correta de despesas por centro de custo. O plano de contas precisa refletir a operação, separando canais de venda e categorias de produto, o que facilita a análise de margem. A governança deve incluir um comitê mensal de acompanhamento do PRJ, com pauta fixa para caixa, vendas, produção, estoques e recebíveis, e com metas explícitas para os próximos 90, 180 e 360 dias.

XIII. PLANO DE EXECUÇÃO EM 90, 180 E 360 DIAS.

Nos 90 primeiros dias, o foco é estabilizar caixa e recompor o nível de atividade, perseguindo receitas mensais acima de R\$ 240.000 e compressão de fixos para R\$ 120.000 por mês. Isso exige revisão contratual de aluguéis e serviços, negociação de fornecedores essenciais, disciplina de compras e calendário de produção casado com pedidos firmes.

Entre 90 e 180 dias, consolida-se a carteira, busca-se diversificação de clientes e acelera-se a rotação de estoque, com metas por tipo de item.

Entre 180 e 360 dias, o objetivo é sustentar margens e volumes em patamar que permita amortizar obrigações do PRJ, preservar capital de giro e iniciar investimentos pontuais de produtividade. Em todas as fases, a coleta sistemática de dados do ERP dá lastro às projeções e possibilita revisões tempestivas do Plano, caso variáveis críticas se desviem do esperado.

XIV. RISCOS MATERIAIS E MITIGAÇÃO.

O principal risco é de demanda e concentração, dado que parte relevante do faturamento depende de poucos clientes. A mitigação passa por ampliar a base de compradores e estabelecer limites por cliente, com cadência mínima de prospecção e reposição de carteira. O risco de preço e margem, exposto a variações de insumos e competitividade do mercado, exige contratos com cláusulas de reajuste, revisão periódica de listas de preço e aferição permanente de margem por produto. O risco de execução, típico de ambientes com equipe enxuta, é mitigado por padronização de processos, checklists e um calendário de produção e expedição alinhado à capacidade real. Há risco de crédito, aparente na carteira, que se mitiga com política objetiva e cobrança ativa. No plano financeiro, o risco de descasamento de caixa se reduz com travas de capex e gatilhos de revisão do Plano em assembleia, se necessário. Finalmente, riscos jurídicos e fiscais pedem acompanhamento contencioso e adesão a programas de parcelamento quando disponíveis, sempre refletidos nas projeções do PRJ.

XV. TESTES DE ESTRESSE E CONSISTÊNCIA COM O PRJ.

Os testes de estresse devem ser conduzidos de acordo com o cronograma do PRJ e considerar choques razoáveis em volume, preço e prazo. No cenário pessimista, supõe-se atraso de 90 dias em parte relevante dos recebíveis, margem comprimida por variação de insumos e WACC na banda superior. Ainda assim, a comparação com a liquidação, medida pelos valores líquidos do cenário prudente, indica preservação de valor por continuidade. No cenário otimista, em que a carteira se consolida e as metas de receita de R\$ 270.000 por mês se tornam recorrentes, a geração de caixa reforça o cumprimento do Plano e permite reduzir incerteza para as classes sensíveis. O ponto central, coerente com o PRJ, é que a empresa, operando acima do equilíbrio, produz caixa não replicável em falência.

XVI. CONCLUSÃO TÉCNICA¹.

À luz do Plano de Recuperação Judicial da LAC, dos relatórios extraídos do ERP e das premissas prudentemente estabelecidas, conclui-se que a empresa é viável em continuidade.

¹ (i) quanto às reconciliações de contas a receber e estoques, que permanecem 'a apurar' até a conclusão do saneamento contábil (baixas, provisões, duplicatas descontadas, critério de custo e cut-off); e (ii) aditamento programado preservando a mesma data-base, a ser emitido após o envio dos relatórios pendentes.

A operação demonstra capacidade de gerar caixa uma vez superado o ponto de equilíbrio; a liquidação forçada destrói valor e produz recuperação baixa em relação ao passivo; a continuidade preserva valor patrimonial superior e, somada ao valor econômico por FCD, entrega valor presente de pagamentos aos credores superior ao cenário falimentar.

Recomenda-se a aprovação do Plano, a execução disciplinada das medidas operacionais e financeiras nele previstas e o monitoramento mensal, em comitê, dos indicadores críticos: faturamento por canal, margem por linha, aging de clientes, giro de estoque e fluxo de caixa.